

polo econômico e político. Quando chegam, geralmente, vão trabalhar em indústrias de confecções têxteis, em condições de trabalho muito precárias, quase sob o regime de escravidão. O processo migratório dos bolivianos para São Paulo tem produzido uma série de inquietações e questionamentos sobre a necessidade de políticas de saúde, de educação e, direitos humanos tanto no sentido de acesso a esses serviços, quanto no respeito à diversidade étnica e cultural. A partir de três eixos principais: imigração, interculturalidade e saúde, este estudo se propôs a compreender como se constroem as representações e as práticas de saúde, a partir de uma etnografia com os imigrantes bolivianos que vivem na zona norte da cidade de São Paulo e são atendidos pela UBS Jd. Japão. O atendimento dessa população nessa unidade de saúde parece ser dificultado pela diferença linguística e cultural, pelo preconceito dos outros usuários que não aceitam dividir o acesso aos serviços de saúde com quem não é brasileiro, no sentido de ocupar um lugar que não é deles, bem como a desconfiança dos próprios bolivianos que se sentem inferiorizados e desmerecidos tanto pelos profissionais quanto pelos outros usuários. Esse trabalho pressupõe que a saúde e a doença são realidades simbolicamente construídas, tanto por condições físicas e coordenadas biológicas quanto pelas relações sociais e culturais no interior das quais os indivíduos inserem e modulam sua subjetividade. As representações sobre a saúde e a doença inauguram uma ordem de sentido, no interior da qual os indivíduos orientam suas ações e legitimam sua condição de doentes, assegurando a elaboração de um código comum. Assim, o corpo, a saúde e a doença são realidades que integram os sistemas de classificação e de atribuição de sentidos, que possibilitam aos indivíduos formularem uma compreensão da realidade em que vivem, reconhecendo seu estado de saúde. Então, a etnografia evidencia que os imigrantes bolivianos têm suas próprias representações sobre saúde-doença e que atribuem um sentido singular para à experiência do adoecer, com suas práticas de cuidados em saúde. Busca-se, assim, contribuir para enriquecer o repertório existente sobre as relações entre interculturalidade, saúde e imigração, visando o estabelecimento de políticas públicas de saúde que possam efetivamente desenvolver uma atenção à saúde culturalmente adequada.

USO DA ANTICONCEPÇÃO DE EMERGÊNCIA POR MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA

Santos, O.A. (1); Borges, A.L.V. (1); Chofakian, C.B.N. (1); Fujimori, E. (1);
INSTITUIÇÃO: 1 - EEUSP;

Introdução: A anticoncepção de emergência (AE) previne a maioria das gestações quando tomada dentro de 120 horas após a relação sexual desprotegida e qualquer mulher em idade reprodutiva pode precisar dela em algum momento para evitar uma gravidez inoportuna. Estudos que abordem a situação do seu uso na população brasileira ainda são escassos, tornando relevante esta pesquisa. **Objetivo:** Analisar o uso da AE por mulheres em idade reprodutiva. **Método:** Dados parciais de um estudo quantitativo transversal, conduzido com amostra probabilística de 260 mulheres grávidas, usuárias de 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Supervisão Técnica de Saúde do Butantã, cidade de São Paulo. Os dados foram coletados entre abril e maio de 2013 e descritos por meio do FormSUS. **Resultados:** A maioria das mulheres já ouviu falar da AE (98,4%) e mais da metade a usou alguma vez na vida (61,0%). Seu uso não foi repetitivo, tendo 63,4% a usado no máximo por duas vezes e 94,2% dentro de 24 horas após a relação sexual desprotegida. Todas as mulheres obtiveram o método em farmácias comerciais, sem receita médica. A principal razão para ter usado a AE foi relação sexual sem uso de outro método contraceptivo de rotina (75,6%). Um quarto (24,4%) usou por conta de falhas no uso do método contraceptivo de rotina. Apenas uma pequena parcela das mulheres (16,7%) relatou algum efeito colateral ao usar a AE, como enjoo, dor de cabeça, cólica, vômito, aumento do fluxo menstrual, entre outros. A aceitabilidade do método mostrou-se elevada, pois 82,7% usariam a AE futuramente caso sintam necessidade. **Conclusão:** A AE mostrou ser bastante conhecida e utilizada pelas mulheres. Apesar de usuárias do Sistema Único de Saúde, elas obtiveram a AE em farmácias privadas, o que evidencia que podem estar enfrentando barreiras no acesso ao método dentro das UBS. A maior parte usou a AE dentro do intervalo mínimo recomendado, que é de 120 horas. Diferentemente do que apontam outros estudos, muitas dessas mulheres optaram pelo seu uso porque não estavam usando nenhum

outro método. No entanto, não parece estar havendo uma substituição dos métodos de rotina pela AE para o planejamento reprodutivo, tendo em vista que não foi evidenciado uso repetitivo. O uso da AE em alta proporção tem um lado positivo no campo da contracepção, pois significa que essas mulheres estão conseguindo se prevenir de uma gravidez não desejada. Infelizmente, também denota falhas e descontinuidades no uso dos métodos regulares.

USO DE AGROTÓXICOS E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS

Silveira, C.A (1); Vasconcelos, M.V. (1); Freitas, C.F. (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - PUC Minas;

O intensivo uso de agrotóxico no Brasil acarreta um grave problema de saúde pública afetando principalmente trabalhadores rurais que são expostos aos mesmos. O objetivo do presente estudo foi o de caracterizar o perfil dos trabalhadores rurais que fazem uso de agrotóxicos em lavouras cafezeiras de Minas Gerais e verificar a existência ou não de programa de saúde do trabalhador na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e se os enfermeiros incluem esse tema em suas ações para estabelecer estratégias de orientação, prevenção e promoção da saúde neste nível de assistência. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa, de caráter epidemiológico e descritivo. Foi realizado em um município do interior de Minas Gerais, através de entrevistas com trabalhadores rurais, utilizando um instrumento estruturado. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 01845012.0.0000.5137). Constatou-se que 91,07% eram homens, 40% tinham idades compreendidas entre 31 a 50 anos, 39,29% tinham até 4 anos de estudo, 21,43% não utilizavam o EPI sempre e 8,93% dos entrevistados relataram ter sido intoxicado ao menos uma vez ao utilizar o agrotóxico. Dentre os sinais e sintomas descritos pelos trabalhadores rurais ao usar agrotóxico foi constatado que houve uma predominância e significativa relevância a queimação, irritabilidade, tosse, cefaleia, sede. Quanto ao treinamento para utilização do EPI e manipulação dos agrotóxicos, 24,11% relataram que já tiveram algum tipo de treinamento. O não uso de EPI está intimamente ligado ao nível de intoxicação, o que nos leva a refletir sobre a forma

da qual as informações são repassadas aos trabalhadores, pois a maioria tem baixa escolaridade, o que pode influenciar no entendimento das bulas e rótulos dos agrotóxicos. Percebeu-se também que os trabalhadores subestimam a relação do agrotóxico com os sinais e sintomas, o que dificulta a subnotificação/notificação, desta forma a capacitação dos profissionais de saúde é fundamental para que a intervenção dos problemas relacionados ao uso de agrotóxicos seja imediata. Porém é preciso que não só o enfermeiro, mas que os trabalhadores e gestores do SUS incorporem na sua prática cotidiana a compreensão de que o trabalho é um dos determinantes do processo saúde-doença e de que é necessário o envolvimento de todo o sistema de saúde para garantir o cuidado integral aos trabalhadores.

USO DE ANTIDEPRESSIVOS PELA POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Peluffo, M.P. (1); Quintana, M.I. (2); Martin, D. (3); Bressan, R.A. (2); Mari, J.J. (2); Mello, M.F. (2); Andreoli, S.B. (3);

INSTITUIÇÃO: 1 - UNISANTOS; 2 - UNIFESP; 3 - UNISANTOS; UNIFESP;

Introdução: OMS estima a depressão como a terceira causa de incapacidade no ranking de todas as doenças, responsáveis por 4,3% de perda de anos de vida saudáveis (DALY). O distúrbio depressivo prejudica a capacidade funcional, levando a uma deficiência na produção de mais do que 50% dos pacientes. O tratamento pode ser farmacoterapia, psicoterapia e, em alguns casos, o tratamento eletroconvulsivo. Objetivo: este estudo avaliou a prevalência do uso de medicamentos antidepressivos na cidade de São Paulo, Brasil, e faz parte de um estudo Pós-traumático na grande cidade de São Paulo: prevalência, comorbidade e fatores associados. Métodos: uma fase do estudo transversal foi realizada em São Paulo, Brasil. A probabilidade de vários estágios de esquema de tamanho de amostragem foi realizada, a fim de selecionar os participantes (3000). As medidas incluíram diagnósticos psiquiátricos (CIDI 2.1) e medicamentos psicoativos. As entrevistas foram realizadas entre Junho/2007 Fevereiro/2008. As análises estatísticas serão de peso ajustado a fim de ter em conta os efeitos do desenho. Resultado: a prevalência do uso de antidepressivos foi de 6,9% e 17%